

DEPOIMENTO SOBRE A MINHA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO E A REPRESSÃO POLÍTICA INFLINGIDA PELOS MILITARES, PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE E PELA IGREJA

1 -- IDENTIFICAÇÃO NO IPM

"DICELMA MARIA DE MEDEIROS, brasileira, solteira, natural de Natal - RN, filha de Homero Alves de Medeiros e de Da. Maria Hilda de Medeiros, supervisora do {CRUTAC }, Acadêmica do 2ª ano da Faculdade de Odontologia de Natal, com 22 anos de idade, nascida no dia 11-out-1945".

2 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO DE ADULTOS - MÉTODO PAULO FREIRE

SAÚDE PÚBLICA

Após a experiência com o método Paulo Freire na cidade de Angicos, foi implantado o Programa de Alfabetização de Adultos no Rio G. Norte e eu era monitora de uma classe no bairro de Barra Nova, em Caicó.

Nossa alegria era grande ao ver que nossos alunos com três meses de aula já eram capazes de discutir os problemas pessoais, comunitários e sociais, além de já saberem ler e escrever palavras e frases.

Mas, infelizmente, com o Golpe Militar em 1964, nosso supervisor Édson fez uma reunião para comunicar que as classes não poderiam mais continuar, porque os envolvidos com o Método já estavam sendo presos ou procurados e tínhamos que esconder todo o material que usávamos nas classes.

Quando iniciei o Curso de Odontologia, no ano de 1967, houve uma seleção para bolsista da UFRN para monitoria de Alfabetização de Adultos - o que parece ter sido uma experiência pioneira da UFRN nesse setor - fui selecionada e nas férias mudei-me para a casa do prefeito de Japi, para trabalhar como monitora de Alfabetização naquela cidade.

Após a experiência *in loco*, passei a ser uma das supervisoras de Educação de Adultos do CRUTAC da UFRN, quando tive a oportunidade de trabalhar com coordenadoras como Marlíria, Vanilda Paiva e Ângela Guerra.

Em 1968 fui admitida no Movimento de Educação de Base (MEB) como

supervisora de Educação de Adultos e alguns meses após a minha demissão trabalhei nessa área na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), no Serviço Social do Comércio (SESC). Recentemente, tive uma experiência como voluntária, no Programa de Educação de Adultos de Moçambique, nas cidades de Pemba e Chiure.

Apesar de ter estudado Odontologia, nunca trabalhei como odontóloga, pois sempre tive uma grande atração pela área social e comunitária. Tendo feito uma especialização em Educação para a Saúde, trabalhei na Secretaria da Saúde e posteriormente na Fundação SESP, desenvolvendo Projetos sociais de Saúde Pública com a população mais carente do nosso Estado.

3 - TRAJETORIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

3-1 - SECUNDARISTA

Desde jovem, tinha uma sensibilidade muito grande para as questões sociais, gostava muito de ler e refletir sobre os problemas das pessoas e sempre participei de movimentos que despertavam o sentimento de Liberdade, Igualdade e Solidariedade;

Na adolescência, quando aluna do Colégio Sta. Teresina, em Caicó, era líder de classe e participava da JEC (Juventude Estudantil Católica) coordenada pelo Pe. Onio, que sempre nos fazia refletir sobre as causas da pobreza e o nosso compromisso em mudar a situação, com sentimentos de Justiça e Amor ao próximo.

Quando cursava o Científico no Colégio Diocesano Seridoense, participei ativamente da política estudantil, sendo vice-presidente da União Estudantil Caicoense junto a companheiros que, naquela época, eram considerados esquerdistas como Salomão Gurgel, Paulo Celestino, Alcimar de Almeida, Roldão Diniz, entre outros.

3-2 - UNIVERSITÁRIO

Em 1966, fui estudar em Natal para terminar o científico e fazer o Vestibular. Iniciei o Curso de Odontologia no ano de 1967. Em 1968 fui eleita Presidente da Residência Universitária Feminina e Vice-presidente do Diretório Acadêmico "Solon Galvão", da Faculdade de Odontologia, cujo Presidente era José Damásio dos Santos, conhecido como "Zizinho".

Em uma Assembléia geral, os universitários destituíram Damásio e me elegeram Presidente do Diretório Acadêmico "Solon Galvão".

Ainda em 1968 fui candidata a Vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) - da UFRN, cujo candidato a Presidente foi Manoel Jackson da Faculdade de Engenharia, porém não fomos eleitos.

4 - MOVIMENTO ESTUDANTIL EM NATAL- 1968

Na verdade, o movimento estudantil de 1968 representava mais uma luta contra a Ditadura, a favor da Liberdade e da Democracia, não só em nosso país, mas em muitas partes do Mundo. No Brasil, essa luta era "camuflada" através de manifestações estudantis em nível nacional ou local, por uma melhor qualidade de ensino, aumento de vagas nas universidades, etc.

Em nível Nacional, o ME tomou-se mais acirrado após a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, o que provocou manifestações em todo o país contra a Ditadura, as arbitrariedades, perseguições e opressão do regime militar.

Outro fato muito marcante naquela época foi a invasão pela polícia ao 30º Congresso da UNE em Ibiúna, com alto nível de repressão como prisão, tortura e morte de muitos participantes.

Em Natal, foram desenvolvidos diversos movimentos, tanto por secundaristas como por universitários, considerados subversivos, como:

- Protesto contra a decisão da Prefeitura de Natal de só reconhecer como válidas as carteiras de estudantes expedidas pela Prefeitura, tirando portanto, o poder dos Diretórios Estudantis;
- Campanhas a favor dos excedentes da UFRN;
- Trotes de calouros; Semana do Vietnam;
- Greves, passeatas, pichações;
- Missa, passeata e comício pela morte de Edson Luís;
- Ataques políticos a governantes e ao Reitor
- Publicação e distribuição de jornais, panfletos. etc
- Participação de universitários no Congresso de Ibiúna
- Crise do Restaurante Universitário.

5 - MOVIMENTO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRN

O Restaurante Universitário estava situado à Av. Deodoro, 456, onde abrigava a Residência Universitária Masculina - em condições bastante precárias - e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), cujo Presidente era Ivaldo Caetano Monteiro e o Vice-presidente, Iaperi Soares de Araújo.

De acordo com uma resolução antiga do Conselho Universitário, no local deveriam funcionar apenas a parte administrativa do DCE e as reuniões da Diretoria .

Em 1968, foram realizadas algumas assembleias no local, alegando a Reitoria que participavam inclusive estudantes não universitários. Diante disso, o Conselho Universitário proibiu reuniões e sugeriu que o Presidente do DCE procurasse uma nova sede que a Reitoria pagaria o aluguel, não permitindo o funcionamento do DCE no prédio do RU, o que foi considerado pelos estudantes como o fechamento do mesmo.

Na noite de 30/08/1968, um grande número de estudantes liderados pelos representantes do DCE - Ivaldo Caetano Monteiro (presidente), Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (assessor cultural), Nuremberg Borja de Brito (1º secretário), Emanuel Bezerra dos Santos (assessor de planejamento), Dermi Azevedo (conselho de representantes), Juliano Homem Siqueira (assessor cultural) e Diclma Maria de Medeiros (presidente da Residência Universitária Feminina e Vice-presidente do Diretório Acadêmico de Odontologia), tendo naquela ocasião, representado o Diretório.

No dia seguinte o grupo acima citado se dirigiu ao Restaurante para saber se iam fornecer alimentação; então o supervisor do RU, Dr Clesito Cesar Fachine informou que não. Em seguida, alguns estudantes foram ao mercado Peg-Pag comprar alimentos para preparar o almoço pedindo que mandassem a conta para a Reitoria, o que não foi aceito. Após muita pressão, o Supervisor falou que ia servir um pequeno almoço, mas os estudantes não concordaram em pagar e Ivaldo pediu autorização para os universitários prepararem a comida, mas, diante de uma negativa os estudantes entraram na cozinha e prepararam o almoço, diante dos olhos atônitos do supervisor e dos funcionários.

Após a determinação do Reitor de que não fossem servidas refeições, os estudantes entraram no restaurante, sendo por isso acusados de ocupação e depredação do prédio, o que não foi constatado pelo perito judicial que fez o levantamento no local.

À noite, houve uma Assembleia geral com centenas de estudantes que exigiam do Reitor a volta do DCE ao restaurante e a administração do mesmo pelo DCE.

A atitude do Reitor foi autoritária e depreciativa. Quando a comissão foi solicitar a reabertura do Restaurante, ele falou para o Presidente do DCE : "retire-se daqui porque eu não falo com um sujeito como você".

No dia 02/09, representantes das Faculdades se concentraram em frente à Reitoria, para solicitar uma audiência com o Reitor, o qual afirmou: "não vou descer, isso não faço, principalmente para dialogar com estudantes que estão fazendo essas irregularidades, ocupando o prédio do restaurante".

Os estudantes permaneciam em silêncio, perplexos e surpresos, com a presença de 30 policiais armados, que se colocaram diante dos universitários, além de duas Rádio-Patrolhas.

O Vice-Reitor, Dr. Otto de Brito Guerra, disse que uma comissão poderia ser recebida. Enquanto a Comissão aguardava a audiência, o Reitor vendo que alguém colocava algumas cadeiras, disse: " Não é preciso sentar, ficaremos em pé mesmo ".O Presidente do DCE convidou o Reitor para comparecer a uma Assembleia no RU, mas ele não aceitou e disse que as reivindicações deveriam

ser encaminhadas ao Conselho Universitário e que ia entregar o caso à Justiça, pedindo a reintegração do Restaurante.

As reivindicações do DCE eram:

1 - Retorno dos funcionários para fazerem as refeições dos estudantes:

2 - Volta da sede do DCE para o Restaurante:

3 - Administração do RU pelo DCE.

O Reitor não aceitou negociação, fechou o Restaurante, os estudantes assumiram a administração do mesmo durante 17 dias e foi aberto Inquérito Policial Militar.

6 - ADMINISTRAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITARIO PELOS ESTUDANTES

Apesar da repressão e das dificuldades que estávamos passando, os comensais do Restaurante e das Residências Universitárias Feminina e Masculina deram exemplo de uma administração com RESPONSABILIDADE, SÉRIEDADE E SOLIDARIEDADE. Ali não se discriminava quem era de direita ou de esquerda, quem era a favor ou contra o movimento, todos estavam com um sentido comum, o de ajudar-se mutuamente para sobreviver e para demonstrar que não éramos bademeiros, e sim estudantes pobres, mas honrados e responsáveis, que num clima de companheirismo assumíamos as tarefas de administrar, comprar, pedir e recolher alimentos, cuidar da limpeza e manutenção do prédio, elaborar o cardápio de acordo com os alimentos conseguidos, cozinhar - geralmente as mulheres cozinhavam e os homens lavavam os grandes caldeirões e as centenas de bandejas e talheres.

As escalas eram feitas por turnos, de acordo com os horários das aulas. Nunca comemos tão bem no RU; antes éramos chamados " batata frita e carne moída", porque eram as comidas mais frequentes na gestão anterior.

Recordo com muito carinho aquele período, apesar da polícia estar sempre nos vigiando, amedrontando e perseguindo.

Certo dia faltou gás na cozinha e eu fui comprar em um jeep com um companheiro; como o bujão era cilíndrico, os policiais nos perguntaram para onde íamos com aquilo e apesar das explicações dadas, nos seguiram até a Ribeira e depois até o restaurante.

Algumas vezes realizávamos assembleias na Residência Feminina até a madrugada, programando as tarefas e sempre a Polícia estava por perto nos vigiando.

Talvez pela seriedade do nosso movimento, tivemos um grande apoio da população. Fazíamos pedágio, íamos às casas recolher alimentos e muitas vezes as pessoas se deslocavam até o restaurante para levar doações.

Não nos faltou nada durante os 17 dias que assumimos o restaurante, e o perito responsável pela vistoria do prédio não constatou nenhuma depredação do mesmo, como dizia o Reitor.

O prédio do RU foi entregue à UFRN em 17/09/1968 por decisão do Juiz Federal Arlindo Guedes da Silva e à noite os Universitários realizaram uma grande Assembleia geral.

E A LUTA CONTINUAVA...

No dia 17/09 o Presidente do Diretório de Odontologia publicou uma nota, junto com outros Presidentes de Diretórios reacionários contra o movimento e a greve geral que estava sendo programada. Convocamos uma Assembleia e os estudantes cassaram o mandato de Damásio e me elegeram Presidente.

Na oportunidade, fizemos a votação sobre a adesão à greve e, creio que pela primeira vez, os estudantes de Odontologia participaram de uma greve, o que foi uma grande vitória em uma Faculdade onde a maioria dos professores e alunos eram reacionários, indiferentes ou contra o movimento estudantil. Não foi fácil sensibilizar e motivar a turma para participar de uma greve geral.

Em outubro, havia dois eventos importantes do movimento: o Congresso da UNE e a eleição do DCE.

Para o Congresso foram os Universitários: Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, João Maria Ruivo, Gileno Guanabara de Souza, José Rocha Filho, José Bezerra Marinho e Dermi Azevedo, tendo sido todos presos em Ibiúna. Os demais líderes ficaram fazendo a campanha para o DCE.

Fui candidata a Vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, na chapa de Manoel Jackson da Faculdade de Engenharia, mas perdemos para Jonatam, da Faculdade de Medicina que já tinha sido Presidente do mesmo e era o candidato do REITOR.

7 - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

De acordo com os dados existentes no Arquivo Nacional em Brasília, foram realizados cinco relatórios de IPMs instaurados, relacionados com o Movimento Estudantil de Natal que são:

IPM 0383	02/07/69	Relatórios de IPMs instaurados
IPM 0419	17/07/69	Relatório sucinto de processos de IPMs instaurados no Rio Grande do Norte
IPM 0192	07/05/69	Relatório Inquérito Policial Militar - IPM referente a Ivaldo Caetano Monteiro e outros

IPM 0382 02/07/69 Relatório Inquérito Policial Militar - IPM referente a área de ensino no Rio Grande do Norte

IPM 0950 07/04/69 Relatório de Inquérito Policial Militar de Ivaldo Caetano Monteiro, Jayme Ariston de Araújo Sobrinho, Gileno Guanabara de Souza, Emanuel Bezerra dos Santos.

Os relatórios arquivados são assinados por:

IP realizado pelo Tem. Cel. Antonio Olegário dos Santos - Delegado Especial
Edmilson Fernandes Holanda - Major PM - Encarregado do Inquérito
Djacir Gomes - Major encarregado do IPM

Os relatórios detalham minuciosamente as ações desenvolvidas pelos estudantes com ênfase na crise do Restaurante Universitário. O relatório do Delegado Especial, Antonio Olegário dos Santos, informa:

"Pelo que ficou apurado, são indicados pelos fatos criminosos aqui narrados, as pessoas dos dirigentes do Diretório Central de Estudantes identificados nestes autos, ou sejam:

Ivaldo Caetano Monteiro (Presidente do DCE),

Jaime Ariston de Araujo Sobrinho (Assessor cultural do DCE)

Nuremberg Borja de Brito (1* Secretário do DCE)

Emanuel Bezerra dos Santos (Assessor de planejamento do DCE),

Juliano Homem Siqueira (Assessor cultural do DCE),

Demi Azevedo (Conselho de representantes do DCE) e

Srta. Dicelma Maria de Medeiros (presidente da Residência Universitária e Vice-presidente do Diretório Acadêmico de Odontologia)."

Com o inquérito instalado, recebi um "convite" para ir depor no Quartel da Polícia Militar; estava muito preocupada, mas convicta de que meus princípios eram corretos e que estava participando de uma luta não só por melhores condições da Universidade, mas por uma sociedade mais justa e democrática, contra a repressão e a ditadura.

Kerginaldo me acompanhou até o Quartel e depois nos reunimos com Jaime Ariston para discutir o ocorrido. Tinha muita confiança em Jaime e considero que foi o grande articulador do movimento estudantil da época.

Posteriormente, foram indiciados no processo-crime SOB N* 21/69 oriundo do QG/ID - 7 NATAL RN, os seguintes estudantes:

01 - Ivaldo Caetano Monteiro

02- Jaime Ariston de Araújo Sobrinho

03 - Gileno Guanabara de Souza

04 - Emanuel Bezerra dos Santos

- 05 - José Rocha Filho
- 06 - José Bezerra Marinho
- 07 - José Maria Ruivo
- 08 - José Gercino Saraiva
- 09 - Juliano Homem Siqueira
- 10 - Nuremberg Borja de Brito
- 11 - Dermi Azevedo
- 12 - Iaperi Soares de Araújo
- 13 - Francisco Omildo Fernandes
- 14 - Jayme Fernandes de Medeiros Filho
- 15 - Sezildo Fernandes Câmara de Oliveira
- 16 - Francisco Flaviano Pamplona
- 17 - João Bosco Araujo Oliveira
- 18 - João Guaberto Câmara de Aguiar
- 19 - François Silvestre de Alencar
- 20 - Hermano Paiva de Oliveira
- 21 - Laerte Gurgel Rosado
- 22 - Dixelma Maria de Medeiros
- 23 - Alberto Emanuel de Freitas

Foi decretada a prisão preventiva de vários companheiros e muitos foram presos na Noite de Natal. Eu tinha ido passar as festividades em Caicó e quando a Polícia foi à Residência Feminina me procurar, duas companheiras saíram dali com umas frasqueiras na mão como se fossem viajar e foram informar ao meu irmão o ocorrido. Ele foi em seguida para Caicó me avisar, foi um transtorno muito grande e um choque muito grande para toda minha família, principalmente para o meu pai, considerando que ele era reacionário, da antiga UDN, foi Vereador e depois Presidente da Câmara dos Vereadores de Caicó e era cabo eleitoral de Dinarte Mariz.

Fiquei escondida em casa durante uma semana, mas diante das prisões, torturas e da repressão do AI-5, fui para a fazenda de uma tia em Jucurutu, ficando ali alguns dias porque seu marido ouvia as notícias pelo rádio e, claro, com medo, sempre me perguntava se a polícia podia ir me buscar lá.

8 - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

Em outubro de 1968, fui admitida no MEB para ser supervisora de Educação de Adultos, considerando a larga experiência que eu tinha tanto no Programa de

Caicó como no CRUTAC - UFRN .

O Coordenador do escritório de Natal era José Cândido Cavalcante, conhecido como Deda, mas a Coordenação geral era do Arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte.

A equipe do MEB foi fantástica - quero registrar meu sincero reconhecimento e agradecimento, especialmente a DEDA, que estava sempre tentando buscar uma solução para o meu problema, principalmente junto à Coordenação Nacional do Rio de Janeiro.

Vou transcrever algumas cartas de Deda para a Coordenação Nacional e vice-versa para justificar o grande apoio que recebi.

Como no fim do ano eu tive que fugir para Jucurutu, no dia 02/01 Deda escreveu para a Coordenação dizendo: "Dicelma anda desaparecida desde o Natal. Entende? Creusa quando esteve em Natal conversou um pouco e poderá colocar para vocês alguma coisa".

"Gostaria que vocês estudassem o caso dela e mandassem falar alguma coisa. Nós pensamos em esperá-la até 01 de fevereiro".

No dia 04 ele relatou: " Na noite de Natal a polícia deu uma batida na casa que elas moram - Justina e Dicelma - para prender Dicelma. A sorte é que ela estava em Caicó".

A equipe do Rio sugeriu que me dessem uma licença sem remuneração e eu fosse para lá, então no dia 25/01 ele informa : "quanto à menina, ficou tudo acertado, ela no momento não está em Natal e possivelmente tomará o avião em Recife. A solução de vocês para o problema foi a melhor possível, a equipe de Natal só tem que agradecer".

Foi muito difícil tomar a decisão de ir para o Rio, primeiro porque iria sozinha enfrentar a vida numa cidade tão grande e tão longe, sem conhecer ninguém e, segundo, porque meu pai resistia a essa idéia, mas diante das prisões dos companheiros, das torturas, das mortes causadas pela ditadura, medidas mais acirradas depois do AI-5, para nós só havia duas opções: fugir ou ser presa.

Fui no carro do MEB até Recife e lá embarquei para o Rio, onde fui viver no apartamento de dois casais que faziam parte da AÇÃO POPULAR (AP) e que por orientação do partido moravam na favela do Jacarezinho. Através do MEB consegui uma bolsa para fazer um curso do IBRADES e à noite dava aula de Alfabetização de Adultos gratuitamente, na favela de Santa Marta, no bairro de Botafogo.

Enviei um requerimento através de uma colega de Faculdade pedindo para trancar minha matricula por " motivos superiores " porque naquela época não era possível dizer as coisas claras e perdi um ano de Faculdade.

D. Nivaldo Monte, que era bastante reacionário, não aceitava muito a minha situação e em agosto de 1969 Deda cita em uma carta: " Dicelma não está sendo aceita pelo Dom" e em outra carta Deda interroga: "é certo que Dicelma não volta mais para o trabalho? Não falei nada com o Dom, mas acrescento que ele não vai aceitar, e então?"

Apesar de toda repressão sofrida, não me arrependo de ter participado ativamente do movimento estudantil, exercendo a minha liderança política.

Diante de tudo que foi exposto, encaminhei o meu processo à Comissão de Anistia no ano de 2002, sendo indeferido por duas vezes, sob o argumento de que a minha demissão foi por falta de recurso. A VERDADE NOTÓRIA É QUE MINHA DEMISSÃO FOI POR MOTIVO EXCLUSIVAMENTE POLÍTICO.

Esta é a minha VERDADE, que pode ser comprovada através de tantos documentos que anexei ao meu processo, como:

- Participação ativa no Movimento Estudantil, Relatórios dos IPMs que estão guardados no Arquivo Nacional de Brasília ;
- Certificado do Diretório Acadêmico Solón Galvão comprovando que fui Vice-presidente durante o ano de 1968
- Solicitação para trancar a matrícula da Faculdade durante o ano de 1969;
- Notícias dos jornais da época;
- * Troca de correspondência do MEB, entre coordenadores locais e nacionais.
- Declaração dos companheiros do DCE, do MEB, da Residência Feminina, da Faculdade de Odontologia, todas as pessoas que conviveram comigo poderão testemunhar a verdade ;
- Livros de Justina Iva e Gileno Guanabara;
- Cópias da Carteira de trabalho, folhas de pagamento etc.

Diante do exposto considero injusto por parte da Comissão de Anistia indeferir o meu processo, razão pela qual recorri à Justiça Federal.



Dicelma Maria de Medeiros